

A APOLITICIDADE DA REFORMA

1. REFORMA E FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE

A função social dos aparelhos escolares é fornecer a força-trabalho qualificada exigida pelas necessidades do desenvolvimento do capitalismo.

Uma verdadeira reforma da Universidade pressupõe uma transformação da função social da Universidade: uma universidade que, em vez de servir os interesses da classe dominante, passe a servir as classes trabalhadoras, exploradas.

Sendo assim, é impossível a autêntica democratização do ensino dentro do Modo de Produção Capitalista.

Que vem a ser então a apregoada "democratização" do ensino, proposta pelo MEN? Trata-se de uma escolarização generalizada, que vem corresponder às necessidades intrínsecas do trabalho qualificado por parte do Capital em expansão e não da boa vontade do governo que se volta à educação das classes populares.

2. RAZÕES DE UMA REFORMA

A Universidade portuguesa esteve desde 1926 a 45 perfeitamente adaptada às necessidades de quadros burocráticos por parte de um país caracterizado por um ultra-conservadorismo agrário.

Na década de 40 dá-se o começo do arranque industrial, seguindo uma política salários baixos e congelamento dos produtos agrícolas.

A Universidade começa a ficar cada vez mais desfazada das necessidades do modo de obra qualificada por parte das novas empresas, e hoje torna-se urgente, para a sobrevivência do país, reformar a Universidade.

Segundo reconhecia o Ministro Galvão Teles a 16/12/66, não poderá ser o desenvolvimento económico a proporcionar um nível educacional superior ao povo português, mas o próprio desenvolvimento económico exige um nível educacional superior.

3. A MÍSTICA DO "DESENVOLVIMENTO" E O CAPITALISMO INTERNACIONAL

O MEN apresenta a sua reforma como assentando na ideia de que o desenvolvimento industrial do país, desenvolvido operada por uma classe, com a exploração das classes trabalhadoras, contribui para o bem-estar de todo o povo português, sendo, por isso uma reforma dirigida ao "povo simples e trabalhador".

Que pretende mascarar o novo "humanismo" do governo de M. Caetano?

Pretende mascarar que, dentro da dinâmica do Modo de Produção Capitalista, como fenómeno internacional, é uma necessidade inerente a este mesmo sistema, a contradição entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos. Estes encontram-se política e economicamente dependentes da exploração por parte dos países desenvolvidos.

Qual o objectivo da reforma governamental?

A concentração do capital português nas mãos dos tecnocratas portugueses e paralelamente a absorção do capital nacional pelos grandes grupos financeiros internacionais.

4. REFORMA E MÉTODOS DE ENSINO

O estudante: reservatório de conhecimentos e cúmplice do sistema.

O estudante, no sistema capitalista é um reservatório de conhecimentos utilitários, aplicáveis no contexto socio-económico da sociedade em que se insere (o critério da utilidade do seu trabalho reside nas necessidades do sistema). Dele se exige que seja apto a executar uma determinada tarefa, mas sem problematizar qual o sentido do seu trabalho, sem problematizar as relações de exploração que irá servir com o seu trabalho.

A cumplicidade com o sistema económico-político é, pelo menos tão importante como os conhecimentos técnicos e profissionais.

5. A "NEUTRALIDADE POLÍTICA" DA UNIVERSIDADE

A concepção da Universidade "despolitizada", politicamente "neutra", corresponde a um interesse governamental de a transformar numa empresa altamente qualificada da sociedade capitalista: destinada a fornecer "produtos acabados" trabalhadores qualificados para os quadros técnicos, burocráticos e directivos mais importantes dentro do sistema socio-económico-político vigente.

Esta a concepção política da Universidade dos únicos políticos, a quem é dado fazer política, sem serem acusados de políticos, porque esses são os Sa-uhores da Polícia Nacional.

A Universidade, além de preparar técnicos e profissionais necessários ao capital internacional em expansão, tem outra função também fundamental: veicular a ideologia da burguesia em Portugal, que torna possível a perpetuação da exploração, objectivo fundamental do sistema capitalista.

É esta ideologia, presidida pela disciplina, ordem, submissão à autoridade, adesão a "certos princípios inutáveis", que torna possível a submissão inofensiva em relação a um sistema de exploração que se quer ele próprio, eterno, imutável e necessário.

6. O PROBLEMA DA AUTONOMIA DA UNIVERSIDADE

A reforma do MEN pretende a adaptação da Universidade às necessidades do desenvolvimento económico. Para marcar a complicidade da Universidade com o sistema económico, declara-se autónoma a Universidade.

Mas, que autonomia?

"Autonomia pedagógica e científica, dentro dos limites impostos pela lei".

É a mais eficiente e completa integração da Universidade na máquina estatal, que o dito (=pseudo) Autonomia pretende mistificar.

Como objectivar essa complicidade e essa integração?

Reprimindo os estudantes sempre que eles se sintam responsáveis pelo presente e pelo futuro da sua sociedade, globalmente entendida, uma vez que, então, não são estudantes (=reservatórios inconscientes de conhecimentos utilitários); repressão a exercer pela intervenção policial e judiciária.

Outra conquista a "noviãdo" da Reforma!...

7. A NOSSA PARTICIPAÇÃO NA REFORMA

A reforma governamental preposta pelo MEN não pode ser a reforma dos estudantes. Mais do que dispostos a servir o capital na sua missão exploradora, nós sentimo-nos responsáveis pelo presente e pelo futuro da nossa sociedade.

Lutamos pela verdadeira democratização do ensino, que transforme a função social da Universidade - o que é impossível ser feito pelo MEN - de modo que, em vez de produzir força-trabalho qualificada ao serviço da classe capitalista, a produza para as classes trabalhadoras. Isto só é possível quando os meios de produção forem propriedade de todo o povo português, e esse é o objectivo final da nossa luta.

Não aceitamos os trabalhadores manuais e intelectuais como duas coisas distintas, dois tipos de pessoas que prosseguem objectivos diferentes, mas queremos inserir o trabalho intelectual numa produção desalienada e dar acesso a uma cultura verdadeiramente humana aos trabalhadores manuais.

Uma cultura que não seja a máscara de uma exploração que se quer eterna e necessária, mas que desenvolva o conjunto das potencialidades humanas, que o torne responsável pela sua ambiência ético-político-económica.

8. O SENTIDO DA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE

Cada vez mais, o governo está interessado em que o estudante se volte para dentro da sua Universidade, esquecendo a função social desta, as relações de exploração que ele irá servir e, por isso, quando lhe impõe a chamada "neutralidade política" da Universidade "despolitizada", oferece-lhe uma muito restrita participação dentro das estruturas desse mesma Universidade.

Quer o governo por este processo ocultar que a Universidade com a sua Autonomia, neutralidade política e ideologia humanístico-desenvolvimentista, vai servir o capitalismo internacional, bem como, os interesses do capital português, cúmplice dos grandes grupos internacionais colaborando com eles na exploração da mão de obra nacional.

A nossa participação na Universidade é a nossa participação (dentro dela) na discussão dos grandes problemas económico-ético-políticos e isto sem quaisquer restrições.

Um grupo de estudantes.

Março